

Pedro Telles da Silveira

---

“Confrontar as memórias do passado para libertar a imaginação de um outro presente”: uma conversa com Iris Kantor

Mestrando em História pela UFOP  
E-mail: doca.silveira@gmail.com

Por ocasião do **III Simpósio Impérios e Lugares do Brasil – Itinerários da pesquisa história: Métodos, Fontes e Campos Temáticos**, que teve lugar em abril de 2010 na Universidade Federal de Ouro Preto, entramos em contato com a historiadora Iris Kantor para a realização de uma entrevista acerca de sua obra, seus referenciais e seus projetos. Esse pedido de entrevista se transformou numa conversa que se estendeu por todo o ano feita através de e-mails e conversas pessoais. Com graduação e pós-graduação pela Universidade de São Paulo (USP), atualmente Iris Kantor é professora dessa mesma instituição e tem por interesse uma ampla gama de temas que passa das sociabilidades coloniais até a cartografia e as relações entre os sujeitos e os estados que os governam. Outro de seus interesses é a história da historiografia brasileira, com o que se destaca sua tese de doutorado, publicada em 2004 pela editora Hucitec com o nome de *Esquecidos e Renascidos: Historiografia Acadêmica Luso-Brasileira (1724-1759)*, na qual a autora aborda a produção historiográfica das academias histórico-literárias do século XVIII luso-brasileiro. Movendo-se de tema a tema sempre com preocupações novas, Iris Kantor se insere num grupo de pesquisadores – como João Paulo Garrido Pimenta, que já foi entrevistado pela **Revista Eletrônica Cadernos de História** (Ano IV, número 2) – que buscam repensar a história e a historiografia brasileiras a partir de marcos cronológicos e conceituais que não necessariamente tenham o século XIX como princípio explicativo da realidade brasileira, tentando perceber tradições de práticas e de pensamento que estiveram em jogo na transformação do Brasil em estado independente. Essas e outras questões foram refletidas na entrevista transcrita a seguir.

**Pedro Silveira:** *Você é certamente uma pesquisadora com uma trajetória acadêmica pouco usual, pela diversidade de temas que estuda. Seu mestrado teve como tema as sociabilidades nas festas populares de Minas Gerais, depois seu doutorado versou sobre a escrita da história no século XVIII, enfocando as academias existentes na Bahia colonial – pesquisa da qual resultou seu livro, Esquecidos e Renascidos, que se tornou uma referência para o campo de estudos – e, agora, você se dedica à cartografia, também no século XVIII. Gostaria que você reconstruísse sua trajetória acadêmica apontando seus interesses por trás de cada uma dessas mudanças de objeto de estudos.*

**Iris Kantor:** Sim, talvez essa trajetória guarde alguma relação com o fato de não ter ingressado diretamente no mestrado logo após o curso de graduação. Tive experiências profissionais bastantes diversificadas nesse intervalo: fui professora no ensino fundamental e médio, editora de livros para-didáticos e atuei na área de produção cultural por quase uma década. Esses trabalhos me deram uma visão menos teórica e mais pragmática da investigação histórica. Por outro lado, entre 1992-94, fui bolsista do CEBRAP durante o mestrado e professora da Fundação Escola de Sociologia e Política por doze anos; nessas instituições convivi com colegas e mestres de todas as áreas das ciências humanas, obrigando-me a acompanhar os debates que não diziam diretamente respeito ao meu campo de pesquisa. Enfim, por meio desse convívio acabei adquirindo um gosto especial pelos trânsitos interdisciplinares.

De modo que vejo com naturalidade a passagem dos meus estudos sobre festividades públicas para o universo intelectual das academias coloniais e, destas últimas, às representações cartográficas. Nos três casos, me propus a reconstituir trajetórias individuais, práticas institucionais e o universo das representações culturais. Encontro várias articulações possíveis entre as descrições de festejos (panegírico), as memórias históricas e a cartografia colonial. Em primeiro lugar, esses três gêneros discursivos constituem modalidades de apropriação simbólica do tempo e do espaço, registram o processo de sedimentação da memória social e das identidades de pertencimento/alteridade dos indivíduos e grupos que compunham a sociedade escravista. Obviamente são discursos de diferentes naturezas, analisar os códigos rituais exige procedimentos distintos daqueles utilizados para decifrar a linguagem técnica dos mapas, mas em ambos, trato de entender o significado menos evidente de cada gesto cerimonial ou de cada representação cartográfica. Poderíamos dizer que os ritos festivos instituem uma geografia da memória e os mapas ritualizam formas de apropriação material do espaço. No fundo, me interesso pelas conexões entre memória e história, de modo que estudar as festas, as narrativas sobre o passado e as projeções cartográficas fazem parte dessa investigação mais ampla.

**PS:** *Com sua resposta, agora me lembrei de um texto que li há pouco tempo, trata-se de “Os espaços dos povos: mapas, poesias e paisagens etnográficas na Amazônia setecentista”, de autoria de Neil Safier e que foi publicado no volume O governo dos povos, organizado pela Laura de Mello e Souza, pela Júnia Ferreira Furtado e pela Maria Fernanda Baptista Bicalho. Nesse texto, o autor defendia um argumento que, pelo menos a mim, quase leigo em termos de cartografia, me pareceu bastante interessante: o virtual desaparecimento dos etnônimos indígenas dos mapas coloniais corresponderia a uma progressiva separação, ao longo do século XVIII, entre a etnografia e a cartografia. O que achei inovador de sua argumentação é que para se perceber a continuidade no uso dos nomes das etnias indígenas, era preciso aumentar o foco*

*da cartografia, fazendo com que passasse quase que exclusivamente do exame de mapas, para também o de poemas, relatos, ou seja, outras formas de perceber o espaço possíveis de existirem naquele momento. Tendo isso em vista, a pergunta que gostaria de lhe fazer é a dupla: primeiro, se você vê numa ampliação das fontes e numa diversificação de sua natureza um caminho possível para uma apropriação da cartografia pela disciplina histórica e, segundo, se você pretende trazer para sua reflexão esses outros tipos de fontes e enunciados.*

**IK:** O trabalho de Neil Safier é inspirador, porque ele documenta a circulação do conhecimento sobre o território, sua natureza e populações de uma forma muito original, valendo-se de uma gama de registros que incluem documentos escritos e não escritos, instrumentos científicos, mapas, desenhos, indumentária, poesia, performances etc. Está preocupado em captar a forma como esses artefactos culturais se metamorfoseiam nos seus sucessivos deslocamentos espaciais e apropriações sociais. Ele consegue cruzar diferentes domínios de saber: a história da ciência, a história literária, a etnografia, as artes plásticas, a arqueologia...

Quanto ao desaparecimento dos etnônimos nos mapas dos séculos XVIII, tenho uma outra abordagem que não exclui a dele. Se, por um lado, os etnônimos migram para os mapas de população ou outros relatos; por outro, o processo de mapeamento e o avanço da fronteira colonial (apropriação de terras) intensificou a utilização dos topônimos indígenas. Convém destacar que mesmo nos mapas dos séculos XVI e XVII, os etnônimos não correspondiam necessariamente à localização geográfica das aldeias, nesse terreno devemos cruzar etnohistória e demografia de maneira muito cuidadosa. Mas não deixa de ser sintomático que, desde fins do século XVIII até meados do século XIX, essas indicações sejam progressivamente substituídas por designações ainda mais genéricas, como por exemplo: índios bravos, gentios do sertão, índios bárbaros. Portanto, confrontar as fontes cartográficas com as não-cartográficas será sempre imprescindível para compreender a fome de terras e braços que constrangia as populações coloniais.

**PS:** *No último Simpósio Iberoamericano de História da Cartografia, realizado entre os dias 26 de abril e 1º de maio na própria USP, você apresentou um trabalho numa sessão de comunicações intitulada “Bancos de dados, acervos cartográficos e novas tecnologias”. O tema é de importância crescente para os historiadores, uma vez que os acervos de fontes digitais tornam a pesquisa cada vez mais dinâmica e facilitam o acesso a documentos que se tornariam, de outro modo, bastante mais difíceis de serem pesquisados. Ao mesmo tempo, o conjunto dos trabalhos apresentados na sessão me fez lembrar de um texto publicado há não muito tempo na revista americana History and Theory sobre os efeitos da digitalização – em sentido amplo – para o trabalho do historiador. Uma das conclusões a que chegava o artigo era que enquanto a utilização de fontes digitais era crescente, a apropriação pelos historiadores dos recursos digitais para suas formas de apresentação e escrita era diminuta, havendo até mesmo um certo receio em utilizá-las. Gostaria de saber, tendo em vista sua experiência de apresentação neste simpósio, se tu concorda com essa opinião? Da mesma forma, quais são as maneiras, em sua opinião, pelas quais os historiadores devem aproveitar os recursos digitais, devem utilizá-los apenas no que toca à pesquisa ou podem influenciar também em sua escrita?*

**IK:** Não, não creio que devamos ter receio de utilizar fontes digitais, a revolução digital abre novos horizontes não só para a investigação histórica, como também para a atuação profissional do historiador. Obviamente será necessário estar ainda mais atento à confiabilidade dos sites, das bibliotecas e dos arquivos digitais. Mas nossa geração tem a oportunidade inédita de acessar milhares de obras raras que não estariam acessíveis sem os meios eletrônicos. Por outro lado, a ampliação geométrica desses repertórios documentais e bibliográficos não deve desencorajar e nem substituir um contato direto com os documentos originais ou com os arquivos onde eles estão depositados, porque sempre existe uma perda de informação quando temos acesso apenas ao suporte digital. O formato, tamanho, materialidade, enfim, o aspecto táctil do objeto (seja um livro ou um mapa) não são totalmente apreensíveis pela digitalização. Os novos tempos exigem um aprimoramento da nossa acuidade cognitiva e capacidade seletiva. É importante definir quais são os documentos que constituem o núcleo duro da nossa investigação para poder checá-los *in locu*.

Os impactos dessas transformações tecnológicas na pesquisa e na escrita ainda não são totalmente evidentes para mim. Há mudanças na forma de citar os documentos digitais, alguns sites tendem a desaparecer e isso criará problemas graves para recuperação das informações. Por isso, nunca é dispensável citar fontes publicadas em papel. Por outro lado, eu arriscaria dizer que os meios eletrônicos estão abrindo um novo campo profissional para os historiadores contemporâneos. O historiador, mais do que nunca, deve envolver-se com o desenvolvimento de bancos de dados que possibilitem uma navegação cada vez mais referenciada. Neste caso, me parece muito enriquecedor a parceria entre os profissionais da ciência da informação, arquivistas e historiadores. Quero dizer que não adianta nada termos uma avalanche de documentos à disposição na internet sem que eles estejam adequadamente contextualizados através de filtros e outras ferramentas de garimpagem da informação. Acho que devemos ser cada vez mais exigentes e termos um controle ainda maior das fontes documentais, dos acervos originários e das modalidades de sua reprodução. Refazer o caminho da documentação é hoje, mais do que nunca, um imperativo da nossa atividade profissional.

**PS:** *Recentemente lamentamos o falecimento do professor István Jancso, certamente um dos maiores nomes da historiografia brasileira recente. Enquanto sua vastíssima contribuição historiográfica é algo que não precisa ser disputado para que se reconheça seu valor, gostaria de lembrar que você tem, ao menos, uma publicação conjunta com ele, o livro, Festa – Cultura e sociabilidade na América Portuguesa, publicado em dois volumes. Neste livro, assim como em outros, percebe-se a intenção de reunir uma ampla gama de pesquisadores em torno a um tema comum. Esse procedimento, que quebra com a idéia do intelectual como um trabalhador solitário, parece-me uma maneira de trabalhar cada vez mais necessária e benéfica de realização dos estudos historiográficos. Quais suas opiniões sobre o assunto? E, especialmente, o que você aprendeu com o professor Jancso no tocá às maneiras de se pesquisa em história, qual o legado dele para você?*

**IK:** Entre as coisas importantes que aprendi com o professor Istvan Jancso, a valorização do trabalho em equipe talvez tenha sido a lição mais funda. Ele tinha o dom de criar um ambiente em que os diferentes integrantes da equipe se sentiam parte de um mesmo

desafio. Sabia estimular as trocas e o fazia de uma maneira verdadeiramente simétrica, mas sem condescendências. Sabia exercer a sua autoridade intelectual com a sutileza dos grandes mestres. Era um acadêmico com raro perfil executivo, mas não dispensava uma boa conversa com todos os que o procurassem. Mantinha sua biblioteca sempre aberta aos alunos e colegas. Não se passava impunemente pelo seu gabinete sem receber uma tarefa extraordinária ou levar uma sugestão de leitura incontornável.

Não fui sua aluna na graduação, eu o conheci somente em 1998, quando ainda estava no doutoramento. Por intermédio do meu orientador [*Fernando Novais*], recebi o convite para coordenar um grupo de estudos sobre festividades coloniais com duas alunas da graduação (Camila Ventura Fresca e Carla Piazzì). Depois de umas quantas reuniões, decidimos organizar um colóquio sobre festas na América portuguesa, realizado, finalmente, em agosto de 1999; e cujos resultados foram publicados em 2001. A realização do colóquio foi uma experiência realmente coletiva porque envolvemos a participação de cinco diferentes grupos de musicologia e etnomusicologia colonial que se apresentaram durante o colóquio. Anna Maria Kieffer e Maurício Monteiro, posteriormente, encarregaram-se de editar o CD que acompanhou a publicação do livro.<sup>1</sup> Para edição do livro também contamos com o auxílio do editor Milton Ohata e de outros colegas que se dispuseram a rever os originais. Como se pode ver, o livro é o resultado de um esforço coletivo viabilizado por uma gestão cuidadosa do professor István.

**PS:** *Você e seu colega de departamento, o professor João Paulo Pimenta, são responsáveis, entre outros pesquisadores, por certa virada em direção ao estudo do século XVIII para a historiografia brasileira. Conquanto o século XVIII nunca tenha deixado de ser objeto de estudos para a história, a renovação historiográfica da qual vocês participam tende a enfatizar a importância do XVIII para desenvolvimentos históricos que acontecerão posteriormente. No caso do professor Pimenta, buscando no setecentos a formação dos elementos que estarão em jogo no contexto das independências latino-americanas, e você – se entendi corretamente – buscando nas academias e na escrita da história pelos eruditos coloniais luso-brasileiros indícios de uma diferenciação identitária com relação ao Reino que depois se aprofundará no decurso desse mesmo século. Se a descrição que fiz acima está correta, gostaria de perguntar qual a importância para você do século XVIII para a historiografia brasileira? Eu digo, de que maneira integrar o século XVIII num percurso histórico coerente que leve à reflexão sobre os elementos característicos da história brasileira? Qual a importância do século XVIII para a formação de uma história que se diga brasileira e não apenas luso-americana?*

**IK:** Essa foi a minha pergunta de partida quando iniciei o doutoramento, queria saber exatamente isso: qual foi o peso das narrativas históricas setecentistas na formação do cânon historiográfico oitocentista. Não concluí esse projeto ambicioso, porque me detive no estudo de apenas duas academias, sem conseguir avançar até a fundação do IHGB. Quando iniciei a pesquisa, me dei conta que a quase totalidade dos estudos (com exceção dos textos publicados pelos fundadores do IHGB) não atribuía importância à experiência historiográfica acadêmica, embora reconhecesse sua relevância à formação do cânon literário. A maior parte dos estudos sobre a produção acadêmica colonial tinha sido realizada

---

1 JANCSO, István & KANTOR, Iris. **Festa – Cultura e sociabilidade na América portuguesa**. São Paulo: EdUSP, 2001, 2 volumes.

na perspectiva da história da literatura, mas não como parte constitutiva de uma história da historiografia brasileira. Meu trabalho procurou evidenciar esse aspecto, levando em consideração o movimento desencadeado pela Academia Real de História Portuguesa, fundada em 1720, para construir uma memória do patrimônio imperial. Diferentemente dos estudos de história da literatura colonial – como de Jose Aderaldo Castello e Antonio Candido de Mello e Souza, por exemplo – tive a preocupação de captar a utilização dos procedimentos de investigação historiográficos ao longo do século XVIII.

O que eu tentei demonstrar, com maior ou menor sucesso, de uma maneira muito circunscrita - porque me ative somente à produção de duas academias ( Academia Brasília dos Esquecidos e Academia Brasília dos Renascidos) e de alguns autores – foi justamente que os eruditos brasílicos conheciam os métodos de crítica documental difundidos desde fins do século XVII pelas congregações religiosas (Mabillon e Papebroek) e academias européias. Do meu ponto de vista, a análise das dissertações e das memórias históricas evidencia o conhecimento e o domínio dessas técnicas de autenticação das fontes documentais. E, diante das circunstâncias da investigação no meio colonial (tais como os problema com a organização dos arquivos públicos), os colonos procuraram compensar a dificuldade de acesso aos documentos originais - que exigia mobilização de uma rede de poder para ter acesso a Torre do Tombo e arquivos familiares – questionando a desqualificação das fontes orais (de origem ameríndia) nas narrativas da história da América brasílica.

Pretendi apreender esse imaginário retrospectivo do processo de colonização, visto a partir da experiência dos acadêmicos. Como as projeções do passado, longínquo ou próximo, serviram para que eles construíssem um vir a ser americano, uma visão da unidade geopolítica do território e das suas relações com os demais grupos adventícios, fossem eles portugueses recém-chegados, descendentes de africanos livres ou indígenas. Nessa incursão, observei algumas tópicas comuns ou regimes de historicidade (usando livremente o conceito de François Hartog) que poderíamos definir como estruturas proféticas. A análise dessas estruturas narrativas de interpretação do tempo e do espaço nos ajuda, creio eu, a situar o modo como a historiografia do XIX utilizou as fontes do século XVIII para fixar uma dada imagem dos primeiros séculos de colonização.

**PS:** *Julgando por seus trabalhos, creio que você foi bem-sucedida em demonstrar como os eruditos brasílicos estavam em contato com o que estava sendo produzido na Europa durante o século XVIII, o que por si só é uma grande revisão das análises comumente feitas acerca da produção histórico-literária colonial. Isso lhe permite trazer seu argumento, que considero quase que o mais importante, de uma apropriação por parte das elites coloniais dos meios de produção ou de interpretação da história. Eu gostaria de encaminhar a minha pergunta, então, no sentido de uma sugestão feita pela pesquisadora Taíse Tatiana Quadros da Silva em breve estudo que apresentava alguns documentos da Academia Real da História Portuguesa, estudo que foi publicado na revista História da Historiografia. A sugestão era de que a erudição portuguesa não poderia ser reduzida, grosso modo, à erudição francesa ou italiana. Essa afirmação me parece quase correlata a uma tendência da historiografia atual de procurar compreender o Iluminismo em Portugal dentro de um quadro que pressupõe a existência de vários Iluminismos, com o que as idéias do Esclarecimento não são apenas importadas, mas também produzidas em solo lusitano. Gostaria de saber se você acha pertinente essa compreensão desse fenômeno histórico e se é possível pensar, embora toda apropriação implique uma criação, as elites coloniais brasílicas também como produtoras de uma erudição específica no Setecentos, uma questão que recoloca as complexas relações entre elites coloniais e reinóis no âmbito do Império lusitano.*

**IK:** Sim, acho pertinente, mas são relações complexas que não envolvem apenas as elites luso-americanas e as reinóis, porque os eruditos brasílicos também alimentavam a expectativa de serem reconhecidos no âmbito mais alargados da “república das letras” europeia. Foram os estudos pós-coloniais que chamaram atenção ao cosmopolitismo das elites periféricas, explorando as formas inauditas de mimetismo, apropriação e contrafação das diferentes correntes de pensamento que fizeram parte do repertório cultural das Luzes. Estou cada vez mais convencida de que os eruditos brasílicos acompanhavam e traduziam o debate intelectual europeu a seu modo, reagindo de maneira mais ou menos conservadora aos problemas que lhes concerniam diretamente, tais como: a escravidão, a inferioridade natural da América e dos americanos etc. Entretanto, não se pode negligenciar os efeitos da ausência de uma universidade e a proibição de instalação de tipografias até a instalação da Corte no Rio de Janeiro, sobretudo, no que toca a reprodução social das camadas letradas. A desterritorialização da produção intelectual tornava o acesso aos bens simbólicos das Luzes mais restrito às camadas sem privilégios estamentais. A cultura iluminista em sociedades escravistas teve certamente colorações próprias; conotações talvez menos otimistas que o iluminismo europeu, quem sabe?

**PS:** *A USP sempre teve a característica de formar criadores de opinião, intelectuais no sentido próprio do termo, cujas interpretações escapam em vários sentidos aos limites da disciplina historiográfica ao mesmo tempo que contribuem enormemente para ela. Nesse sentido, aproveitando o quadro descrito acima, gostaria de saber como equacionar, se é que é sua preocupação, uma teorização como a do professor Fernando Novais sobre a crise do antigo sistema colonial com abordagens com as quais os historiadores estão entrando em contato mais recentemente, como a história dos conceitos, a qual, no contexto iberoamericano, deu origem ao Dicionário político y social del mundo iberoamericano? São abordagens compatíveis ou não? E que aproximações devem ser feitas e quais características devem ser mantidas de uma e de outra?*

**IK:** Tenho procurado acompanhar o debate no âmbito da história dos conceitos, há certamente avanços notáveis, sobretudo, entre os colegas e pesquisadores da UFOP. Francamente, não vejo incompatibilidade entre as formulações de Fernando Novais e os pressupostos de Reinhart Koselleck. Um autor, aliás, presente na bibliografia de Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808), editado em 1979. Mas, percebo que a minha geração, lembro aqui os trabalhos de Valdeí Lopes Araújo e João Paulo Pimenta, tem proposto inflexões que procuram ir além das formulações propostas por Novais. Como todos sabemos, quando Novais defendeu sua tese de doutorado tinha em mente um debate crítico que se realizava no âmbito da ciência econômica, da sociologia do subdesenvolvimento e das teorias da dependência. Mas esse horizonte historiográfico, delineado na década de 60 e 70, transformou-se. No dizer de Koselleck, mudaram os nossos “horizontes de expectativa”, a queda do Muro de Berlim, a reconfiguração dos Estados Nacionais, a última crise financeira mundial reposicionaram o Brasil na ordem política mundial. Portanto, se o nosso horizonte mudou, quais são as questões que interessam ao historiador brasileiro do século XXI? No meu caso, tenho tentado confrontar os modelos de conhecimento veiculados pelos diferentes grupos hegemônicos ou não, na tentativa de instituir a sua percepção do espaço e do tempo histórico. Minha curiosidade intelectual não se limita à formação de um discurso identitário, pretendo, pelo contrário, desvendar os trânsitos, formas de apropriação social e usos políticos das narrativas históricas,

cartográficas, assim como das performances cerimoniais. Interessa-me confrontar as diferentes formas de instituir a memória do passado para liberar a imaginação de um outro presente.